



SINDICATO DOS
TRABALHADORES NO
SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

145

JULHO 2013



FILIADO À **COIDSEF**



São José dos Campos



São Paulo



Brasília

Construir o 30 de Agosto DIA NACIONAL DE PARALISAÇÕES

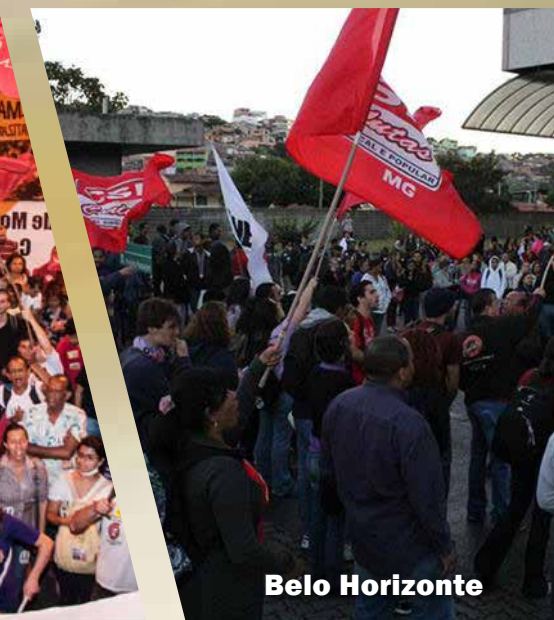
Págs. 04 e 05



Porto Alegre



Rio de Janeiro



Belo Horizonte

EDITORIAL

A onda de protestos de junho foi só o começo!

Pág. 02

CONJUNTURA

Queremos mais recursos para os serviços públicos!

Pág. 03

GIRO NOS ÓRGÃOS

MTE, IPEN, SAÚDE, DNIT, MARINHA MERCANTE e SPU

Págs. 06 e 07

ATIVIDADES

Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e o Encontro Nacional LGBT

Pág. 08



A onda de protestos de junho foi só o começo!

As manifestações de junho surpreenderam o governo, acomodado no alto de seus índices de popularidade. De fato, essa forte mobilização foi inesperada. Na sequência, todos os governantes, dos diversos partidos, amargaram expressivas quedas na aprovação às suas gestões, o que mostra o impacto dessa mobilização sobre o conjunto da sociedade. Isso altera profundamente o jogo político e abre novas perspectivas de participação popular na definição dos rumos do país. Mas se tudo ia realmente tão bem como afirma o governo (e o PT vinha comemorando 10 anos de governo com um discurso ufanista), por que essa onda de protestos?

Impulsionada sobretudo pela juventude, a princípio contra o aumento nas tarifas do transporte público, a onda de protestos de junho rapidamente teve sua pauta ampliada para abarcar outras mazelas do país: saúde, educação, previdência pública, homofobia, racismo, machismo, corrupção e os gastos com a Copa. Isso mostra não só a indignação com os desmandos da classe política, mas também a inquietação do povo com as condições de vida neste momento em que a economia do país vai mal.

Não importa quantas estatísticas se apresente, quem vive de salário, paga aluguel, depende de transporte coletivo, de escola pública e do SUS não está satisfeito, sobretudo por saber que o dinheiro do seu imposto alimenta os lucros dos banqueiros e especuladores. Há um limite, portanto, a partir do qual não se pode mais explorar o povo sem que haja uma reação. Vimos isso na Primavera Árabe. E se a forma como essa reação se expressou no Brasil surpreendeu, a inquietação popular não

surpreende aqueles que sempre estiveram nas ruas lutando por seus direitos.

Trabalhadores entram em cena

No dia 11 de julho, foi a vez da classe trabalhadora organizada levar suas bandeiras às ruas, no Dia Nacional de Luta convocado pelas centrais sindicais. A unidade de ação entre as centrais foi possível em torno de uma pauta comum, mas expôs também as contradições do movimento sindical. De um lado, setores ainda atrelados ao governo – como CUT, UNE e MST, tentando desviar o foco da insatisfação popular para o plebiscito proposto por Dilma. De outro lado, aqueles que estão se distanciando do governo por razões oportunistas e inconfessáveis, como a Força Sindical.

Mais importante do que as motivações dessas entidades, no entanto, é a luta direta dos trabalhadores contra os governos e os patrões. Por isso, o dia 11 de julho foi uma vitória e, somadas as manifestações de rua, as paralisações nas indústrias, na construção civil e no serviço público, os bloqueios de estradas e diversos outros atos, sem dúvida foi uma das maiores mobilizações da classe trabalhadora desde os anos 80.

A entrada em cena dos trabalhadores coloca para a sociedade uma pauta clara e concreta. Com isso, oferece uma direção ao movimento deflagrado em junho. Isso é importante, pois os setores da direita que não estão no governo e a mídia tentam disputar essa direção, enfatizando apenas a luta contra a corrupção, com uma tônica hipócrita e moralista. Eles se valem, de forma oportunista, do compreensível sentimento antipartido do povo para tentar manter afastadas as organizações da classe trabalhadora e despolitizar as reivindicações populares.

É importante esclarecer que o movimento é, sim, contra o governo, mas com uma pauta classista, contra os ataques que sofremos do PT na prefeitura de São Paulo, do PSDB no governo estadual e do PT no governo federal, além dos diversos partidos que governam para a burguesia em outros estados e municípios. É contra também os patrões, latifundiários e especuladores, que muito lucraram com esses governos e, na hora da crise, querem fazer a classe trabalhadora pagar a conta.

Por isso, não podemos esmorecer. Obtivemos uma primeira vitória importante, que foi a revogação dos aumentos nas tarifas de transporte coletivo, além de vitórias pontuais nas pautas específicas de várias cidades. Mas a luta deve prosseguir para evitar que o governo desvie as atenções e mantenha sua política econômica neoliberal. E a luta vai prosseguir com as nossas bandeiras nas ruas. Vem aí o Dia Nacional de Paralisação, em 30 de agosto. E se o governo não atender à nossa pauta, responderemos com uma greve geral!

PRESTAÇÃO DE CONTAS - MAIO 2013

SALDO INICIAL	R\$ 39.509,84
TOTAL DAS RECEITAS (Consignações dos filiados, pagto. empréstimos, aplicação da poupança etc.)	R\$ 190.220,68
DESPESAS	
ADMINISTRATIVO (Aluguel da sede central e do núcleo de Pirassununga, custas processuais, manutenção da sede, copa e limpeza, material de escritório etc.)	R\$ 26.137,44
FUNCIONÁRIOS (FGTS, salários, seguro saúde, INSS, VR, VT etc.)	R\$ 84.265,03
SINDICAL (Assembleias, palestras, seminários, atos etc.)	R\$ 35.691,51
CONTRATOS/PRESTADORES DE SERVIÇOS (Contabilidade, Jurídico, informática, motoboy, vigia noturno etc.)	R\$ 27.987,80
IMPRENSA (Jornal, boletins, cartazes, faixas, assinatura Folha de São Paulo)	R\$ 5.750,00
CORREIOS (Envio de jornal, impresso especial etc.)	R\$ 4.802,52
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (CONDSEF CSP-Conlutas etc.)	R\$ 22.706,55
VEICULO (Seguro, combustível, pedágio, estacionamento etc.)	R\$ 880,51
TELEFONES (Celulares e Telefônica)	R\$ 1.737,41
TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 209.958,77
RESULTADO RECEITAS (-) DESPESAS	R\$ -19.738,09
SALDO FINAL	R\$ 19.771,75

**FISCALIZE AS CONTAS DO SEU SINDICATO!
ESSE DINHEIRO TAMBÉM É SEU.**

Expediente:

JORNAL DO SINDSEF-SP - Publicação mensal do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo - Rua Capitão Cavalcanti, 102 - Vila Mariana - São Paulo - SP - CEP: 04017-000 - Tel.: (11) 5085-1157 - Site: <http://www.sindsef-sp.org.br> - Facebook: [sindsef-sp](https://www.facebook.com/sindsef-sp) - E-mail: imprensa@sindsef-sp.org.br - Jornalistas responsáveis Fábica Corrêa (MTB 31270/RJ) / Lara Tapety (MTE 1340/AL)
Colaborou para esta edição: Eliana Maciel - Tiragem: 7.000 Exemplares - Projeto Gráfico / Diagramação: Lara Tapety - Impressão: Grafis Soluções Gráficas Ltda. - São Paulo / SP



Queremos mais recursos para os serviços públicos!

As manifestações gigantescas que tomaram conta do país em junho, conquistaram a revogação do aumento das tarifas em pelo menos 59 cidades do país. Segundo a Folha de S. Paulo, 70% da população das grandes cidades se beneficiou com a redução das passagens. O Congresso Nacional rejeitou, ainda, a PEC 37 e arquivou o projeto de “cura gay”, além de estabelecer a corrupção como “crime hediondo”.

Os protestos também pautaram o problema da corrupção e a punição aos corruptores, o problema da forte repressão policial e a necessidade da desmilitarização da polícia. No “país do futebol”, uma das palavras de ordem mais entoadas pelos manifestantes era: “da copa eu abro mão, quero dinheiro para saúde e educação”.

Dilma, após ver sua popularidade despencar para 30%, prometeu investimentos em serviços públicos, para tentar acalmar os protestos, mas acabou de anunciar mais um corte no orçamento da ordem de R\$ 12 bilhões. Em maio já havia cortado R\$ 28 bilhões, totalizando R\$ 40 bilhões até agora. Estes cortes afetarão, inevitavelmente, os mesmos serviços públicos cuja melhoria as manifestações nas ruas exigiram,



Foto: Tasso Marcelo/AF

tais como saúde, educação e transporte público.

O atendimento das necessidades dos trabalhadores não cabe dentro do modelo econômico aplicado pelo governo Dilma, que assegura o privilégio dos bancos, das grandes empresas, das empreiteiras e do agronegócio. Impossível atender as necessidades dos trabalhadores sem parar de pagar a dívida externa e interna, sem parar o processo de privatizações e reverter aquilo que já foi privatizado, sem libertar o país do jugo dos bancos, estatizando o sistema financeiro.

O governo tenta desviar a atenção das demandas concretas dos trabalha-

Mulher exhibe cartaz à frente da Tropa de Choque.

dores e acena com uma reforma no sistema político, por meio de um plebiscito, apoiando-se em um sentimento de repúdio da população aos políticos de forma geral. De fato, o sistema político brasileiro, dominado pelo poder econômico e pela corrupção, precisa sim mudar. Mas não é essa mudança que o governo pretende fazer. Na verdade, pretendem apenas impor medidas antidemocráticas, fortalecendo as velhas legendas que estão no poder, responsáveis pelos escândalos de corrupção dos últimos anos e pela política econômica que causou o caos nos serviços públicos, além de prejudicar os partidos menores.

Se há disposição de “ouvir as ruas”, por que não uma consulta popular sobre os 10% do PIB para a educação? Por que não perguntar se o povo concorda que o país continue a destinar metade do orçamento federal (foram 750 bilhões de reais no ano passado) para banqueiros e grandes especuladores, sob a forma de pagamento da dívida? Por que não perguntar se o povo é a favor de leiloar as reservas de petróleo que o país tem para as empresas privadas estrangeiras? Ou então, se o povo é a favor de o governo continuar priorizando o agronegócio

para exportação, ao invés de fazer a reforma agrária e garantir a produção de alimentos para o povo brasileiro? Ou se o povo é a favor de que o salário de um deputado, senador ou presidente da república seja igual ao salário de um professor? Se o povo é a favor da revogabilidade do mandato do político que não cumprir seus compromissos de campanha? Se o povo é a favor de cadeia e confisco dos bens de todos os corruptos e corruptores?

Mas não são estas respostas que procuram aqueles que propõem o plebiscito. Querem tratar de temas que apenas ajudarão os mesmos políticos e partidos que sempre dominaram a política brasileira a definir como é que vão continuar dominando. Trata-se de uma cortina de fumaça para tentar proteger o governo - e os interesses da direita que este governo defende - da cobrança das manifestações de rua, e tentar evitar que os trabalhadores cobrem o atendimento de suas reivindicações.

A presidente buscou, ainda, resolver nas ruas o apoio que lhe falta no parlamento. Lamentavelmente, entidades como a CUT, UNE e o MST se comprometeram a defender nas mobilizações a bandeira do “Plebiscito Já”. A política da direção da UNE, CUT e MST pressupõe, em essência, fortalecer o governo Dilma. É uma marcha inversa do que faz o povo nas ruas.

Não será uma luta fácil, não são pequenos os interesses envolvidos. Por isso é preciso pensar desde já como avançar na construção de formas de luta mais agudas e alternativas de organização, que respondam à necessidade do enfrentamento que está colocada, como, por exemplo, a construção de uma greve geral no país, que eleve o patamar da contestação e a força da luta dos trabalhadores.



Foto: Adriana Franciosi / Agência RBS

Manifestante prepara cartaz em frente à prefeitura de Porto Alegre.



Entidades sociais e sindicais aprovam ban

Trabalhadores realizaram protestos pelo país no histórico 11 de julho

Desde o mês de junho fortes mobilizações têm acontecido em todo o país. Atendendo ao chamado das centrais sindicais, os setores organizados dos trabalhadores paralisaram suas atividades e participaram dos protestos realizados em 11 de julho, “Dia Nacional de greves, paralisações e mobilizações”. Uma parcela significativa destes trabalhadores foi às ruas pelo fim do fator previdenciário, pela derrubada do projeto das terceirizações (PL 4330), pela redução da jornada de trabalho e pela reforma agrária.

A presidente Dilma Rousseff e seus aliados, governadores e prefeitos foram alvos dos protestos dos manifestantes, que também defenderam mais recursos para serviços públicos gratuitos e de qualidade e contestaram as privatizações. O movimento atingiu proporções como há muito não acontecia em nosso país.

Houve greves e paralisações de fábricas, canteiros de obras, setores do comércio e de serviços. Em São Paulo, ocorreram paralisações de metalúrgicos, operários da construção civil, por-



Foto: Fábria Corrêa

Sindsef-SP presente no Dia Nacional de Lutas com Greves e Mobilizações, 11/07.

tuários, petroleiros, químicos, alguns setores do serviço público federal, entre outros. Ocorreram ainda bloqueios de pelo menos 16 importantes avenidas e rodovias como Anhanguera, Dutra e Anchieta.

Também houve greves parciais dos bancários em algumas capitais,

dos trabalhadores dos correios no Rio de Janeiro, de eletricitários, telecomunicações, comerciários, trabalhadores do transporte, além de parcela dos servidores públicos em muitos estados.

Em Porto Alegre e Belo Horizonte o dia teve cara de greve geral, com o transporte público totalmente parado.

Ato político em São Paulo

Cerca de 10 mil trabalhadores ocuparam a Avenida Paulista no ato político unificado das centrais sindicais. A coluna do Sindsef-SP reuniu servidores da DPU, Ex-LBA, FUNDACENTRO, IBAMA, ICMBio, INCRA, IPEN, Ministério do Trabalho, Procuradoria da Receita Federal, SPU e funcionárias do sindicato. Os bonecos da “Dilma” e do “Infelicano” ajudaram a destacar a CSP-Conlutas na manifestação.

Também engrossaram a coluna da CSP-Conlutas: Sintrajud, Sinsprev, Assibge, Sintunifesp, Sintusp, SINAL, Anel, Movimento Mulheres em Luta, Quilombo Raça e Classe, entre outros.

O clima de unidade entre as centrais marcou a manifestação. A CSP-Conlutas fez duras críticas à política econômica do governo Dilma.

Zé Maria de Almeida, representando a CSP-Conlutas, mandou um recado aos governantes: “hoje é só um ensaio, se o governo mantiver este modelo econômico que está aí, vamos construir uma greve geral.

Sistematização de

1 - Desencadear nacionalmente um esforço de preparação pela base da Paralisação Nacional de 30/8, passando pela realização de ações dia 6/8 (Dia Nacional de Luta Contra as Terceirizações). Este esforço pressupõe uma ampla agitação na base em torno aos objetivos e necessidade desta paralisação, realização de assembleias, plenárias, divulgação via redes sociais, etc, envolvendo de todas as formas possíveis os trabalhadores no debate. Com isto estaremos fortalecendo a unidade de ação e a organização da Paralisação Nacional e, ao mesmo tempo, dificultando qualquer manobra

que as centrais sindicais governistas possam adotar para enfraquecer a luta.

2 – Na construção da Paralisação Nacional, além da defesa da pauta unitária definida pelas centrais sindicais, devemos levantar um programa que aponte as mudanças de fundo que são necessárias. Que questione o modelo econômico vigente e os governos que o aplicam. Isso vale particularmente para o governo Dilma, mas vale também para os governadores dos estados e prefeitos (de todos os partidos). Deste programa destacamos os seguintes pontos:

- Não pagamento da dívida externa e interna aos banqueiros e especuladores. Queremos estes recursos na saúde e educação pública, na moradia, nos transportes públicos, etc.

- Contra as privatizações do patrimônio e dos serviços públicos. Reestatização do que já foi entregue ao capital privado.

- Chega de recursos públicos para as grandes empresas (desoneração, isenções fiscais, crédito subsidiado, etc). Recursos públicos para o serviço público e a valorização dos servidores.

- Cobrança imediata das dívidas das grandes empresas (nacionais e estran-

geiras) com o INSS, FGTS, do BNDES, e Bancos Estatais

- Congelamento dos preços dos alimentos e tarifas públicas. Aumento geral dos salários. Garantir que o salário seja suficiente para assegurar o que manda a Constituição Federal, ou seja as despesas que uma família precisa ter para uma vida digna (moradia, alimentação, saúde, educação, lazer, etc).

- Redução drástica da taxa de juros. Fim do superávit primário.

- Contra toda forma de discriminação e opressão.

- Contra a criminalização da luta e

deiras unificadas da classe trabalhadora

Seminário Nacional

Foi realizado nos dias 17 e 18/07, em Porto Alegre, o Seminário Nacional sobre “A Situação Política, os Desafios Colocados Para a Classe Trabalhadora e o Papel das Organizações – Perspectivas para o Próximo Período”, organizado pela CSP-Conlutas, CUT Pode Mais, Setor Majoritário da CONDSEF, CNTA e Feraesp. O Sindsef-SP enviou representantes para a atividade.

Os participantes apontaram a necessidade de fortalecer a unidade entre os lutadores para resistir aos ataques do governo. “Tínhamos esperança que este governo representa-

se uma mudança. Esses governos mantêm um discurso de esquerda com práticas de centro-direita”, afirmou Rejane Oliveira, presidente do CPERS-Sindicato e representante do movimento A CUT Pode Mais. A líder sindical, em consonância com o discurso de outras lideranças presentes, pregou a união entre os participantes. “Não tenho dúvida de que aqui estão os verdadeiros socialistas revolucionários, aqueles que não se venderam às facilidades da institucionalização. Esse é o momento até de esquecermos algumas diferenças em busca desta pauta conjunta e de apoiar essas lutas das ruas, que na verdade também são nossas”.

30 de agosto: Dia Nacional de Paralisação – Vamos à luta!

Depois da expressiva participação dos trabalhadores no dia 11 de julho, as centrais sindicais deram um passo adiante, desta vez convocando um Dia Nacional de Paralisações para 30 de agosto.

O objetivo é ampliar os protestos contra as políticas do governo e manter o foco das reivindicações. A adesão do funcionalismo neste processo é muito importante para conquistar avanços nas reivindicações gerais e também na luta por valorização do serviço e do servidor público. Não podemos esquecer que a pauta comum presente em todas as mobilizações é a defesa de serviços públicos de qualidade.

A pauta unificada defende: melhoria da qualidade e diminuição do preço dos transportes coletivos, 10% do PIB para a

educação pública e 10% do orçamento para a saúde pública, fim dos leilões das reservas de petróleo, fim do fator previdenciário e aumento das aposentadorias, redução da jornada de trabalho, contra as terceirizações (PL 4330), reforma agrária e apoio ao PL que estabelece salário igual para trabalho igual.

A reunião das centrais aconteceu no dia 12 de julho, em São Paulo, e contou com a participação da CSP-Conlutas, CSB, CGTB, CTB, CUT, Força Sindical, NCST e UGT. Para Zé Maria, membro da Secretária Executiva da CSP-Conlutas, “a definição desse chamado é muito importante porque, conforme ficou demonstrado na força das mobilizações ocorridas no último dia 11, a classe trabalhadora está disposta e vai manter a pressão sobre o governo”.



Foto: CSP-Conlutas

Seminário Nacional em Porto Alegre.

propostas do seminário

das organizações dos trabalhadores e da juventude.

Pauta unitária das centrais

-Melhoria da qualidade e diminuição do preço dos transportes coletivos.

-10% do PIB para a educação pública e 10% do orçamento para a saúde pública.

-Fim dos leilões das reservas de petróleo.

-Fim do fator previdenciário. Aumento das aposentadorias.

-Redução da jornada de trabalho.

-Contra o PL 4330 (terceirizações).

-Reforma agrária.

-Apoio ao PL que estabelece salário

igual para trabalho igual, combatendo a discriminação da mulher no trabalho.

3 – Confeccionar um jornal com este conteúdo (convocação do dia 30, pauta, programa, etc), assinado pelas 5 organizações que promoveram este seminário, a ser amplamente distribuído em todo o país. Fazer também cartaz e adesivo.

4 – Realização em todos os estados, de plenárias convocadas por estas entidades, abertas à participação de todos os setores que queiram integrar-se à organização da paralisação de 30 de agosto, dentro da perspectiva definida no seminário. Convidar para estas ple-

nárias todos os setores que estiveram nas mobilizações das últimas semanas, particularmente aos organismos que surgiram deste processo.

5 – Ao adotar todas estas iniciativas, o objetivo é, no processo da luta que está sendo impulsionado, fazer avançar a unidade para a construção de uma nova direção para a luta da classe trabalhadora. Por isso é importante a apresentação de forma independente das demais centrais sindicais (a firmeza na organização da luta, a disputa em torno ao programa, o jornal apresentando um perfil diferenciado). Isto não quer dizer que não haverá relação com

as centrais sindicais que estão convocando o 30 de agosto, haverá sim. Mas estas relações estarão subordinadas ao objetivo apresentado acima (fortalecimento do bloco de forças presentes no seminário).

6 – No curso da preparação da Paralisação Nacional de 30/8 e imediatamente depois desta data, as entidades que organizaram o seminário vão reunir-se para discutir os próximos passos e a continuidade do processo de mobilização (as lutas gerais, e também as específicas, como as campanhas salariais do segundo semestre) mantendo a perspectiva da greve geral.



MTE

Servidores paralisam as atividades

O Sindsef-SP tem buscado inúmeras iniciativas para garantir o atendimento das reivindicações mais urgentes dos servidores administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego.

Os servidores do Ministério do Trabalho e Emprego não ficaram de fora do Dia Nacional de Lutas. A superintendência, as gerências da capital e de Presidente Prudente fecharam as portas no dia 11 de julho.

Motivações para fortalecer o movimento eles têm de sobra. Além de enfrentar problemas como falta de transportes, de saúde e de educação de qualidades; também estão na luta por melhores condições de trabalho e pela criação de um plano de cargos e salários que valorize os servidores do órgão.

Ameaça no ar – Estudo feito pela Secretaria de Inspeção do Trabalho sinaliza com possível contratação de mão de obra terceirizadas para executar atividades típicas de servidores de carreiras. Apesar da CGRH ter negado autorização para estas contratações, fica o alerta: Não às terceirizações! Realização de concursos públicos já!

30 horas - Após inúmeras idas e vindas, o processo do Sindsef-SP que regulamenta o turno ininterrupto de 12 horas diárias, com dois períodos de 6 horas, nos setores de atendimento finalmente foi publicado no Diário Oficial da União no dia 20/06/2013.

Agora a luta segue para essa conquista ser estendida a todos os servidores.

IPEN

Forte adesão dos trabalhadores

A assembleia que aprovou a paralisação no dia 11 de julho, também abordou questões como plano médico, aposentadoria especial e informes sobre o Congresso do Sindsef-SP e da Condsef.

Houve paralisação parcial do órgão e servidores marcaram presença na manifestação realizada pelas centrais sindicais na Avenida Paulista.

Está prevista uma assembleia em agosto, ainda sem data definida, para apresentar a nova tabela do plano de saúde aos servidores.

FUNDACENTRO e IBAMA também aprovaram em assembleia realização de paralisações parciais neste dia.

SAÚDE

Luta contra a Privatização ganha força

O Sindsef-SP esteve presente no IV Seminário da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, realizado no início do mês passado, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis, para fortalecer a organização da luta em defesa do setor.

Com aproximadamente 600 participantes, incluindo fóruns estaduais sobre o tema, diversos movimentos e entidades, o evento pautou os ataques à saúde, com destaque para as Organizações Sociais (OSs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), Parcerias Público-Privadas e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) – que representam a privatização do Sistema Único de Saúde (SUS).

Os participantes também discutiram os incentivos do Governo Federal aos planos de saúde e as polêmicas sobre a importação de médicos e a internação compulsória. Uma coisa é consenso: é preciso unificar a luta em torno da defesa de um SUS 100% público, integral, universal e de qualidade, bem como resgatar o papel e a dignidade dos servidores da saúde.

A diretora Ana Lúcia Bueno representou o sindicato na atividade, que foi importante para ampliar a Frente e, assim, intensificar a resistência à política de retirada de direitos aplicada pelo governo Dilma em todas as áreas sociais fundamentais.



MARINHA MERCANTE

Servidores aderiram à paralisação do dia 11

O Secretário Geral do Sindsef-SP, Carlos Daniel, esteve na Baixada Santista, atendendo à solicitação dos servidores do Fundo da Marinha Mercante. Em assembleia eles aprovaram paralisar as atividades por 24 horas no dia 11 de julho, como forma de adesão ao Dia Nacional de Lutas.

Durante a visita foi possível constatar as péssimas condições de trabalho do local. O acúmulo de poeira e ácaro nos milhares de processos espalhados pelas instalações deixa os servidores vulneráveis a contrair doenças. Sem contar o risco de um incêndio.

Uma palestra sobre os efeitos da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (FUNPRESP), também foi aprovada. A atividade foi realizada no dia 18 de julho.

Outro ponto de pauta foi a transferência da gestão e controle da arrecadação do Adicional de Fretes para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) para a Secretaria da Receita Federal.

Quando esta mudança será concluída? Existe projeto para Receita Federal absorver os servidores que trabalham com arrecadação? Estas e outras dúvidas consomem os servidores e o governo não dá resposta.

SPU

Dia de Lutas parou 70% das atividades



Trabalhadores da SPU presentes no Dia de Lutas organizado pelas centrais sindicais.

A adesão ao dia de paralisação, aprovada em assembleia, atingiu mais de 70% dos servidores da Secretaria do Patrimônio da União (SPU). Na parte da tarde um grupo representou a SPU no ato político realizado na Avenida Paulista.

Na mesma assembleia os servidores decidiram voltar a cobrar da Secretária da SPU, Cassandra Maroni Nunes, respostas sobre as reivindicações do setor. Uma nova carta será encaminhada reafirmando a urgência da situação.

Em março, Cassandra recebeu representantes dos servidores e tomou conhecimento dos diversos problemas que assolam a SPU, a começar pela necessidade de reestruturação do órgão e de criação de um Plano de Cargos e Salários próprio. O alto índice de evasão e as denúncias de assédio moral também estiveram na pauta.

No entanto, quatro meses se passaram e nenhuma ação foi adotada que demonstre empenho em atender as demandas dos servidores.

DNIT

Sem proposta oficial, servidores seguem firmes na greve



Café-da-manhã no primeiro dia de greve do DNIT.

Os funcionários do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT) estão em greve por tempo indeterminado desde o dia 25 de junho. O movimento atinge todos os estados e conta com a expressiva participação dos servidores.

A equiparação das carreiras e a valorização salarial em relação às de outros órgãos que executam funções equivalentes estão entre as principais reivindicações. Outra importante bandeira é a realização de concurso público que realmente supere os problemas de recursos humanos existentes no DNIT.

O DNIT é responsável pela construção, manutenção, restauração, duplicação e sinalização de rodovias, portos e hidrovias. Com o surgimento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) os trabalhadores passaram a administrar projetos que valem bilhões. Porém, apesar da importância e da responsabilidade da autarquia não há investimentos em infraestrutura e na valorização dos servidores.

“Acreditamos firmemente que a sociedade merece um serviço público de qualidade e eficiência, rodovias mais

seguras e fluidez das riquezas aqui produzidas, porém sem a reestruturação da autarquia, diga-se, a que atingiu em 2012 o maior grau de eficiência do executivo federal, o desenvolvimento do país corre sério risco de fracassar ainda mais”, argumenta Garcia.

Até o momento o governo não apresentou uma proposta que atenda às reivindicações da categoria. Voltou a afirmar que não pode ir além do que foi negociado em 2012 com os demais setores do funcionalismo. Este argumento ignora o fato de que as negociações se arrastam desde 2008 sem nenhum avanço.

Na tentativa de enfraquecer o movimento, o governo recorreu à justiça e conseguiu uma medida cautelar no Superior Tribunal de Justiça (STJ) exigindo o retorno de 50% dos trabalhadores para executar serviços considerados essenciais.

Mesmo com o retorno de parte dos servidores ao trabalho, a greve continua forte em todo o país. “A cada dia a disposição e a indignação aumentam”, afirma Paulo Garcia, diretor do Sindsef-SP e membro do comando estadual de greve.



25 DE JULHO

Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha

O Quilombo Raça e Classe e o Movimento Mulheres em Luta (MML) estão organizando atividades para dar visibilidade ao Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha. O objetivo é fortalecer a luta e a resistência das mulheres negras contra a dupla discriminação, de raça e gênero.

A data surgiu em 1992, na ocasião do I encontro de Mulheres Negras Latino-Americanas e Caribenhas, realizado na República Dominicana, que reuniu mulheres de vários países para debater o combate às opressões.

Segundo o IBGE/2010, as mulheres são maioria no país e representam 51,5% da população, sendo 49,7% delas pretas e pardas. Infelizmente a maioria deste contingente ocupa a base da pirâmide

de social, com os piores salários, as colocações menos prestigiadas e sofrendo violências de toda ordem.

A pesquisa ainda revela que as mulheres negras são as principais vítimas do desemprego. Em 2011, 9,5% estavam desempregadas, enquanto entre as brancas, o número era de 6,8%.

Atualmente, no estado de São Paulo existe uma significativa presença de mulheres negras entre os professores. Não é por acaso que os salários e os direitos desta categoria são os mais baixos dentre os que exigem uma formação superior.

Estudos do PNAD/2009 mostram que no serviço público federal, onde as posições e remunerações tendem a ser melhores, a

presença das mulheres negras não ultrapassa os 12% das colocações. Analisando as esferas municipais, estaduais e federais, este número sobe para 24%.

Apesar de estudarem mais que os homens negros, possuem salários mais baixos. A combinação entre machismo e racismo vitima a mulher negra que, mesmo em condições semelhantes ou melhores, ganha menos que a mulher branca e menos que o homem negro.

Por estes e outros motivos, o dia 25 de julho não deve passar despercebido. A Secretaria de Combate às Opressões do Sindsef-SP se incorporou às atividades proposta pelo Quilombo e pelo MML, para lutar e exigir do go-



Quilombo Raça e Classe participa do Dia Nacional de Lutas.

verno, além de um programa geral elaborado para as mulheres, uma política específica para as negras, que combata os efeitos da dupla discriminação, como a maior incidência do desemprego, da violência e da exploração, que atinge particularmente esta parcela da população.

I ENCONTRO NACIONAL LGBT



Participantes posam para a foto no último dia no Encontro.

O Encontro Nacional LGBT organizado pela CSP-Conlutas foi a primeira atividade do gênero realizada por uma central sindical no país. O evento ocorreu de 28 a 30 de junho e contou com participação de 180 pessoas, representando 18 estados.

A abertura contou com a participação de James Green, militante histórico da década de 70 e com Luiz Mott, dirigente da maior ONG LGBT do País.

Debates sobre conjuntura, opressão e exploração, grupos de trabalhos e palestra sobre a história do movimento LGBT enriqueceram o encontro.

A necessidade de retomar a combatividade do movimento LGBT organizado foi um dos principais eixos. Bandeiras como o Fora Feliciano e a luta contra o projeto da cura gay, também, estiveram na pauta.

A atividade foi uma importante vitória política para a CSP-Conlutas e conseguiu refletir o acúmulo do debate contra as opressões nos locais de trabalho.

NOTA DE PESAR

Lamentamos a perda da diretora da Secretaria de Administração I do Sindsef-SP e servidora da Fundacentro, Suely Maria Pereira Fonseca, que estava lutando contra um câncer descoberto há pouco tempo.



Infelizmente fomos surpreendidos no dia 29/06, com a notícia. Suely ficará na memória daqueles que estiveram junto com ela na luta contra o assédio moral nas dependências da Fundacentro e na Administração Pública em geral.

Este era seu segundo mandato junto a diretoria do Sindsef-SP.

Suely, presente!

Confira no site as datas das assembleias para os Congressos do Sindsef-SP e da Condsef. Basta acessar: www.sindsef-sp.org.br